

ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO NO CONTEXTO DA SUG 15/2014: UM ESTUDO DE CASO

Aline Nardes dos Santos¹

Rove Chishman²

RESUMO: Este trabalho analisa as estratégias de referenciação empregadas em uma comunicação que ocorreu em uma audiência pública da Sugestão Legislativa 15/2014, que visa à liberação da interrupção voluntária de gravidez nas primeiras doze semanas de gestação. Parte-se de uma perspectiva situada e dialógica dos processos de referenciação, considerando-se necessário levar em conta o contrato de comunicação no qual essas estratégias se inserem. A esses aspectos, também se busca relacionar o conceito de esquematização, que concerne a uma representação seletiva e estratégica do mundo construída por meio do texto, em função de um interlocutor. A análise do *corpus* é qualitativa e abrange alguns elementos multimodais necessários à compreensão de processos verbais de referenciação. Verificou-se que as estratégias encontradas, orientadas pelas configurações do contrato de comunicação estabelecido, revelam a construção do feto como principal vítima da Sugestão Legislativa.

PALAVRAS-CHAVE: Referenciação. Contrato de comunicação. Sugestão Legislativa 15/2014.

ABSTRACT: This study analyzes referencing strategies used in a communication that occurred in a public audience of Legislative Suggestion 15/2014, which aims at legalizing the voluntary interruption of pregnancy within the first the twelve weeks of gestation. It defends a situated and dialogical perspective of referencing processes, considering that it is necessary to take into account the contract of communication in which these strategies are produced. It also seeks to relate these aspects to the concept of schematization, which concerns to a selective and strategic representation of the world, which is textually constructed in function of an interlocutor. The corpus analysis is qualitative and encloses some multimodal elements considered necessary to understand the verbal referencing processes. It was verified that the strategies found, oriented by the configurations of the established contract of communication, reveal the construction of the fetus as the main victim of the Legislative Suggestion.

KEYWORDS: Referencing. Contract of communication. Legislative Suggestion 15/2014.

Introdução

O presente artigo objetiva analisar as estratégias de referenciação empregadas em uma comunicação que ocorreu em uma audiência pública da SUG 15/2014 – trata-se da Sugestão Legislativa número 15, que visa à liberação da interrupção voluntária de gravidez nas primeiras doze semanas de gestação. Ao receber o apoio de 20.000 manifestações individuais, essa ideia legislativa passou a ser debatida no âmbito do Senado, por meio de audiências públicas, que foram registradas em vídeo e cujas transcrições estão disponíveis *online*. Considerando essas materialidades, visamos a uma análise dos processos referenciais presentes em uma das

¹E-mail: aline.nardes@gmail.com.

² E-mail: rove@unisinis.br.

comunicações que ocorreram durante a primeira audiência pública, incluindo alguns elementos multimodais que compõem esse gênero oral, tendo como suporte sua respectiva transcrição.

Epistemologicamente, defendemos que esses processos de referenciação são mais adequadamente verificados quando se leva em conta o gênero do discurso no qual essas estratégias se inserem, bem como o caráter dialógico que lhes é inerente (ALVES FILHO, 2010). Para isso, consideramos que é necessário levar em conta a natureza do ato de comunicação que está em jogo, de modo a identificarmos o fim discursivo que direciona as estratégias referenciais empregadas (GIERING, 2012). Dessa forma, partimos da noção de contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006; 2008), com vistas a identificar os principais aspectos que caracterizam a situação de comunicação atinente ao respectivo gênero de discurso, para então verificarmos os processos de referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003; CAVALCANTE, 2011; KOCH, 2002; KOCH; ELIAS, 2006, entre outros) que vão ao encontro do projeto de dizer (KOCH, 2001) do enunciador. A esses aspectos, também buscamos relacionar o conceito de esquematização (GRIZE, 1990), que concerne a uma representação seletiva e estratégica do mundo (ADAM, 1999, p. 3), construída por meio do texto em função de um interlocutor.

Assim, iniciamos esse percurso abordando a referenciação como processo dialético condicionado às restrições e liberdades do respectivo contrato de comunicação, abrangendo elementos multimodais comportados pela situação comunicativa.

Por uma perspectiva situada e dialógica do processo de referenciação

A literatura acerca do processo sociocognitivo da referenciação tem estabelecido, já há algumas décadas, um posicionamento oposto à concepção de linguagem como mero instrumento de etiquetagem do mundo, defendendo que a referência como processo (ou a *referenciação*) é uma negociação intersubjetiva que resulta na construção de objetos de discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003). Contrapõe-se, portanto, uma concepção de linguagem pautada na tradição filosófica *objetivista* – que vê a constituição do mundo como algo independente do entendimento humano – e correspondentista – a qual considera que o processo de referência seria uma manipulação de símbolos abstratos, por meio dos quais se efetuará uma correspondência lógica entre linguagem e mundo. (SALOMÃO, 2003).

Dessa forma, refutando uma relação estática entre linguagem e referente, autores como Cavalcante (2011), Mondada e Dubois (2003) enfatizam o caráter instável da representação da entidade referida, pois esse processo consiste em uma remodulação constante do objeto de discurso: "Participar dessa dinamicidade de contínua remodulação de referentes é pôr a referência em ação,

é tecer a *referenciação* – condição fundamental para que, nas práticas comunicativas, os participantes (re)construam a coerência do texto." (CAVALCANTE, 2011, p. 16). A autora ainda observa que essa perspectiva parte de uma concepção pragmática de linguagem, por meio da qual se postula um contínuo processo de desestabilização desse referente. Assim, de um ponto de vista pragmático, em virtude dos constantes processos de instabilidade, a compreensão entre os falantes seria decorrente da cooperação entre os interlocutores, de modo que o processo de referenciação seja minimamente estabilizado na interação.

Para mais bem esclarecer essa perspectiva, consideremos um clássico exemplo, adaptado de Nunberg (2002), que envolve referenciação e projeção metonímica, em uma situação que demanda o reconhecimento de aspectos pragmáticos: em um restaurante, o garçom se refere a um cliente não pelo nome, mas por designações como “*O sanduíche de presunto quer mais um refrigerante*”, ou “*Manda mais um suco para o 18*”.

Embora essas construções sejam consideravelmente instáveis, pragmaticamente o entendimento é possível porque as circunstâncias do ato de comunicação permitem o reconhecimento da entidade referida, o que requer determinados conhecimentos, tais como: (i) o garçom encontra-se em um restaurante; (ii) restaurantes são frequentados por clientes, que podem fazer solicitações ao garçom, como pedir mais uma bebida ou a conta; (iii) nesse contexto, é pertinente referir-se ao cliente por meio de projeções metonímicas imediatamente reconhecíveis, designando-o por meio do alimento que está consumindo (*sanduíche de presunto*), do número da mesa que está ocupando (*o 18*) ou de um item de sua vestimenta (*o boné*). Ao encontro disso, Cavalcante et al. (2010, p. 234) explicam que “a referenciação é um processo em permanente reelaboração, que, embora opere cognitivamente, é indiciado por pistas linguísticas e completado por inferências várias”.

De fato, a perspectiva de viés mais pragmático é importante para compreendermos a instabilidade referencial inerente a esses processos. No entanto, consideramos também pertinentes as reflexões de Alves Filho (2010) no que concerne à necessidade de um olhar crítico a perspectivas excessivamente pragmáticas, as quais podem ignorar aspectos discursivos que podem sobredeterminar as estratégias de referenciação utilizadas em determinados contextos, desconsiderando o caráter dialógico (BAKHTIN, 2011) de todo ato discursivo, bem como a relativa estabilidade propiciada por certos gêneros de discurso aos processos de referenciação. Para o autor,

[...] referir é uma ação social e não um ato individual, sendo o seu caráter social coorientado pelos gêneros de discurso. Por estas razões, não é um bom argumento para combater a tradicional noção vericondicional unívoca de referência supor que a

referenciação é sempre um processo em aberto a ser resolvido sempre *aqui e agora* por um *eu* e um *tu*, os quais construirão inusitados objetos de discurso. (ALVES FILHO, 2010, p. 218, grifo do autor).

Nessa perspectiva, segundo Alves Filho, quando levamos em conta a situação de comunicação e os posicionamentos dos falantes conforme seus fins discursivos, podemos perceber que a aparente instabilidade das estratégias de referenciação pode ser percebida como um processo de *estabilidade referencial* que condiz com o ponto de vista e o projeto de dizer de quem fala, sempre em relação a um interlocutor e refletindo, em uma perspectiva bakhtiniana, outros discursos.

Assim, se retomarmos o exemplo do restaurante e considerarmos a inserção dos enunciados em certo gênero de discurso, verificaremos a necessidade de considerar as respectivas “regulações das práticas sociodiscursivas dos sujeitos” (ADAM; HEIDMANN, 2011, p. 23) que o definem, considerando os interlocutores envolvidos nessa situação. Mesmo no contexto hipotético e isolado do restaurante, é evidente que os enunciados criados no exemplo, em circunstâncias reais, estariam sendo dirigidos *para alguém*, que também ocuparia um cargo de funcionário do estabelecimento, visando-se a que esse sujeito atendesse ao cliente designado pelo enunciador. Além disso, mesmo que tal interlocutor criasse outras formas de designar esse referente – por exemplo, *o da camisa vermelha*, ou *o antipático* –, todos esses processos de referenciação estariam condizentes com as finalidades abrangidas pelas práticas discursivas realizadas pelos atendentes no contexto do restaurante. É por esse motivo que, na visão de Alves Filho (2010), essas expressões referenciais, quando vistas sob a ótica do gênero de discurso, do fim discursivo e do ponto de vista de quem fala, indicam relativa estabilidade referencial, visto que, por mais que essas nominalizações sejam diversificadas, estão todas orientadas para as mesmas finalidades dos interlocutores no contexto do respectivo gênero discursivo.

Tendo essa perspectiva em vista, consideramos primordial, antes de examinarmos os processos de referenciação no texto escolhido, reconhecermos o gênero de discurso no qual essas estratégias se situam. Para isso, partimos do pressuposto de que “Todo gênero do discurso exige daqueles que dele participam a aceitação de um certo número de regras mutuamente reconhecidas” (MAINGUENEAU, 2004, p. 29) e que os critérios necessários à caracterização de gêneros incluem aspectos como o propósito comunicativo, o contexto situacional e os papéis dos interlocutores (MARCUSCHI, 2008). Tais características são englobadas por Charaudeau (2006; 2008) por meio do conceito de “contrato de comunicação”. Como explica Oliveira (2003, p. 40), “Cada gênero ou subgênero [...] tem suas especificidades contratuais. Cada contrato está ligado a um gênero dentro de determinada situação comunicativa”.

Para Charaudeau (2006, p. 67), toda situação de comunicação implica um processo de encenação: "A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico." Cada contrato resulta de dados externos, relativos a constantes psicossociais, e dados internos, concernentes à troca linguageira propriamente dita. Compõem os dados externos o *dispositivo*, ou as condições materiais mediante as quais o contrato se estabelece; o *macrotema*, em torno do qual se constitui o ato de comunicação; a *identidade* (traços identitários relevantes ao fim discursivo); e a *finalidade*, traduzida em visadas (fazer fazer, fazer saber, fazer crer e fazer sentir).

Já os dados internos, como explica Charaudeau (2006, p. 79),

[...] permitem responder à pergunta do “como dizer?”. [...] trata-se de saber como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis linguageiros que devem assumir, as formas verbais (ou icônicas) que devem empregar, em função das instruções contidas nas restrições situacionais. Esses dados constituem as restrições discursivas de todo ato de comunicação, são o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, apreendidos, reconhecidos.

Nesse contexto, o autor destaca três espaços de comportamentos linguageiros: o de *locução* – no qual o sujeito deve justificar sua tomada de palavra, indicando por que tem legitimidade para falar –; o de *relação*, que estabelece as relações entre as identidades dos parceiros, sejam elas “aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor” (CHARAUDEAU, 2006, p. 71) –; e o de *tematização*, por meio do qual o falante se posiciona em relação ao tema de que trata o contrato.

É a partir desses pressupostos que visamos a analisar os processos de referenciação empregados na comunicação realizada no âmbito da SUG 15/2014. Levando em conta a existência de um contrato de comunicação, é necessário reconhecer que: (i) as estratégias referenciais dessa comunicação estão submetidas às restrições e liberdades determinadas pelo contrato de comunicação vigente; e (ii) dado que se trata de um sujeito que defende certo ponto de vista em relação à Sugestão Legislativa, os processos de referenciação denotarão certa *estabilidade*, no sentido de contribuirão coerentemente para o fim discursivo estabelecido nessa situação de comunicação, bem como refletirão o caráter *dialógico* inerente a todo enunciado.

Nesse contexto, tais estratégias permitem que verifiquemos o texto analisado como uma *esquemática*, ou proposição de microuniverso (GRIZE, 1999; ADAM, 1999), que convida o interlocutor a coconstruir os sentidos estabelecidos textual-discursivamente. Para Grize – e em consonância com a noção de *encenação* proposta por Charaudeau –, todo discurso é

teatralizado, visto que propõe determinadas imagens aos “coesquematizadores”, em um jogo dialógico perceptível por meio de certas marcas linguístico-textuais – dentre as quais podemos incluir as pistas que desvelam processos de referenciação.

No que se refere a essas estratégias, cabe ainda ressaltar que o gênero oral aqui analisado, o qual é permeado por construções referenciais não verbais, exige uma perspectiva que abranja a multimodalidade. Nesse ínterim, baseamo-nos principalmente na proposta de Giering (2012), no contexto da hiperestrutura textual da divulgação científica midiática para crianças, a qual valoriza o papel dos elementos iconográficos na construção de objetos de discurso, em consonância com a visada midiática da captação³. Nesse âmbito de análise de gêneros de divulgação científica midiática, também destacamos os trabalhos de Zandonai e Giering (2016a; 2016b), que investigam os efeitos dos recursos imagéticos, empregados no contexto multimodal de vídeos do YouTube, na construção de objetos de discurso. Tais trabalhos também nos convidam a propor uma análise textual-discursiva segundo a perspectiva charaudeana, por meio da qual compreendemos que “os comportamentos linguageiros são sobredeterminados pelos componentes da situação de comunicação posta”. (ZANDONAI; GIERING, 2016a, p. 468).

Quanto aos tipos de estratégias referenciais a serem analisadas, valemo-nos de algumas categorias analíticas encontradas em Cavalcante (2011), Koch (2002), Koch e Elias (2006) e Adam (2011), expostas no quadro a seguir:

Quadro 1: Categorias analíticas empregadas para analisar as estratégias de referenciação

Tipo de processo	Definição/especificação
Introdução do objeto de discurso	Introdução ao objeto de discurso, que passa a ser o foco da construção textual.
Retomada ou manutenção do objeto de discurso	Retomada por meio de expressões correferenciais, semanticamente complementares;
	Especificação por meio da sequência hiperônimo/hipônimo;
	Encapsulamento ou rotulação por meio de uma expressão nominal, ou anáfora resumidora;
	Acréscimo de informações novas acerca do referente;
	Acréscimo de objetos de discurso relacionados por meio de anáfora associativa (a verificação da relação entre os objetos é feita inferencialmente).

³ Para Charaudeau (2006; 2008), em virtude de fatores como a concorrência, o discurso midiático se constrói não apenas a partir da visada de informação (fazer saber), mas também pela visada de captação, ou *pathos* (fazer sentir). Quanto a essa segunda finalidade, explica o autor que “a instância midiática acha-se, então, ‘condenada’ a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. (CHARAUDEAU, 2006, p. 92). Nesse processo, entram em jogo os dispositivos de encenação, por meio dos quais a mídia seleciona e reconstrói os acontecimentos de forma dramática. (CHARAUDEAU, 2008).

Fonte: elaborado a partir de Cavalcante (2011), Koch (2002), Koch e Elias (2006) e Adam (2011).

Metodologia

Este trabalho constitui-se em um estudo de caso, pois restringe-se à análise de uma comunicação que ocorreu na primeira audiência pública interativa da SUG 15, em maio de 2015. Considerando que cada audiência se compõe de diversas comunicações relativamente longas, foi necessário escolher uma das falas por meio das quais pudéssemos verificar as estratégias de referenciação empregadas. A principal motivação para a escolha dessa comunicação em específico foi a diversidade de materiais disponíveis relativos a essa apresentação, dado que, além da transcrição da fala da participante, o portal e-Cidadania também disponibiliza os slides utilizados, os quais trazem informações relevantes no que se refere aos processos de referenciação empregados.

Cabe um comentário em relação ao processo da SUG 15/2014: as etapas da tramitação também se encontram disponíveis para consulta pública por meio da página do Senado referente às atividades legislativas. No site, constam dados e documentos oficiais, incluindo a peça inicial que dá início ao processo, bem como a sua ementa, elaborada da seguinte forma: “Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde”.

É importante observar que esse contexto multimodal foi investigado, em um primeiro momento, por meio da transcrição da audiência pública da SUG, a qual constitui um gênero de discurso à parte – a ata de reunião –, também disponível ao público por meio do site do Senado. No entanto, ao realizar uma análise prévia do documento, percebemos que seria necessário considerar o gênero no qual as estratégias de referenciação, em toda sua complexidade e multimodalidade, acontecem – ou seja, o gênero audiência pública interativa. Assim, a ata que transcreve a fala da participante foi usada como suporte, o que dispensou a transcrição dos dados, mas a situação de comunicação aqui considerada é o gênero oral, registrado em vídeo e disponível na página do portal e-Cidadania.

As etapas de análise são as seguintes:

- a) Descrição da situação de comunicação relativa ao gênero ata de audiência pública interativa, contexto no qual ocorre a fala da participante, por meio dos aspectos que constituem o respectivo contrato de comunicação;
- b) Análise dos procedimentos de referenciação, conforme as categorias expostas no Quadro 1 e considerando os componentes atinentes ao contrato;

- c) Verificação da esquematização subjacente a esse texto, levando em conta as estratégias referenciais encontradas.

Análise dos dados

A primeira etapa analítica, conforme indicamos nas seções anteriores, consiste na descrição da situação comunicativa a partir dos pilares que constituem a noção charaudeana de contrato de comunicação, os quais nos permitem delinear as restrições e liberdades que configuram o gênero discursivo em jogo. Trata-se dos dados externos (implicando as condições de dispositivo, macrotema, identidade finalidade) e dos dados internos (abrangendo os espaços de locução, relação e tematização). Visto que nosso foco de análise recai sobre as estratégias de referenciação, alguns aspectos relativos a esses espaços de comportamentos linguageiros serão mais bem delineados em função dos processos de referenciação encontrados – por exemplo, as formas de referenciação empregadas permitem-nos compreender melhor como se concretiza o espaço de tematização nesse contrato, visto que essas estratégias indicam o modo como o enunciador se posiciona em relação ao tema.

O gênero discursivo no qual se insere a comunicação analisada, conforme já referido, consiste em uma audiência pública interativa. A definição dessa denominação pode ser explorada componencialmente: (i) trata-se de uma *audiência*, na qual alguns convidados, por serem considerados autoridades no assunto e/ou por terem solicitado um espaço para se manifestarem, são ouvidos por um público interessado na temática a ser abordada, de modo que o respectivo assunto possa ser amplamente discutido; (ii) essa audiência é *pública*, aberta a toda a comunidade, que pôde comparecer ao evento ou acompanhá-lo a distância; (iii) além de pública, trata-se de uma audiência *interativa*, visto que permitiu a participação virtual da população, por meio de inserção de comentários no portal e-Cidadania, local de transmissão *online* da audiência e no qual a gravação em vídeo do evento fica armazenada para consulta posterior, disponibilizando-se acesso aberto aos dados por todos os cidadãos.

Mais especificamente, no que se refere ao dispositivo da situação de comunicação, esse gênero discursivo se situa no domínio legislativo, no âmbito do Senado brasileiro, em um espaço aberto à consulta pública sobre a ideia legislativa relativa à interrupção voluntária de gestação – a SUG 15/2014. Assim, esse “quadro topológico”, como o categoriza Charaudeau (2006, p. 70), caracteriza-se como um espaço aberto e bastante diverso em relação à heterogeneidade dos parceiros envolvidos na troca comunicativa, dado que os senadores são apenas uma das categorias envolvidas. Em virtude da natureza polêmica do macrotema – a

possibilidade de descriminalização do aborto no Brasil –, diversos grupos têm se manifestado nessas sessões, incluindo comunidades religiosas, entidades médicas e também representantes da esfera acadêmica. Contudo, no que se refere à organização espacial das audiências públicas, somente os convidados previamente anunciados, bem como os senadores que coordenam a sessão, têm o direito de falar ao microfone. As imagens a seguir ilustram as características da situação de comunicação relativas ao seu dispositivo:

Figura 1: Audiência pública interativa – dispositivo



Fonte: e-Cidadania (2015).

Dirigindo-se a esse público-alvo de identidades variadas, temos a enunciadora Elizabeth Kipman, ginecologista e obstetra, categorizada no portal e-Cidadania como “especialista no tema”. A profissional é considerada, portanto, como uma autoridade com legitimidade para falar do tema do aborto, dada a sua experiência no atendimento médico à mulher. A imagem a seguir mostra a configuração das informações acerca de sua comunicação no contexto do portal:

Figura 2: Gravação da comunicação de Elizabeth Kipman no portal e-Cidadania



Fonte: e-Cidadania (2015).

Com posicionamento contrário à interrupção de gestação conforme os quesitos propostos pela SUG, o fim discursivo de sua fala estabelece-se principalmente por meio de uma visada incitativa: a comunicação constitui-se a partir de um fazer-criar nos danos do aborto para o feto, para a mulher e para a sociedade como um todo. A serviço dessa finalidade principal, também destacamos a visada de fazer sentir, no intento de provocar um estado emocional desagradável em relação ao aborto e agradável no que se refere à gravidez.

Abordadas algumas características relativas aos dados externos do contrato, cabem algumas considerações quanto aos espaços de comportamentos languageiros que configuram as restrições relativas aos dados internos. Quanto ao espaço de locução, os próprios dados externos concedem à enunciativa o direito legitimado à palavra. Além disso, a própria configuração do espaço e a atmosfera solene do plenário reforçam a expectativa de que a comunicadora tenha seu direito respeitado pelos participantes, a qual se concretiza ao longo da comunicação. No que se refere ao espaço de relação, observamos que se estabelece uma relação assimétrica com grande parte do público-alvo a partir da identidade de profissional especializada de Elizabeth Kipman, visto que ela não só é categorizada oficialmente como especialista no tema, mas também inicia a sua comunicação ressaltando essa experiência:

- 1) *Espero contribuir com uma experiência de médica, ginecologista e obstetra. Eu acho que o meu currículo mais importante é de **ter feito mais de sete mil partos e de ter atendido, não sei, acho que quatro vezes mais mulheres grávidas.***

Por fim, o espaço de tematização, conforme já sinaliza o fim discursivo suprarreferido, configura-se em torno do posicionamento contrário da médica no que se refere à proposta da SUG 15. Tendo em vista o recorte deste trabalho, essas configurações serão exploradas a partir das estratégias de referenciação empregadas pela enunciativa, análise que consiste na segunda etapa analítica.

Retomando alguns aspectos expostos na seção concernente ao referencial teórico, partimos de uma concepção dialógica referenciação, por meio da qual compreendemos que as estratégias referenciais empregadas refletem discursos já estabelecidos na sociedade e são sempre direcionadas a um interlocutor. No caso da comunicação escolhida, podemos analisar a fala da médica, bem como as suas respectivas estratégias de referenciação, em termos de um posicionamento que reverbera o discurso dos antagonistas da SUG 15 e dos posicionamentos pró-aborto como um todo. Além disso, visto que os processos referenciais estão condicionados às restrições e liberdades propiciadas pelo contrato de comunicação, partimos do pressuposto de que as estratégias de referenciação encontradas no texto em análise estão a serviço do fim

discursivo da comunicação, manifestando, desse ponto de vista, relativa estabilidade. Feitas essas considerações, passemos à exploração desse fenômeno a partir da reprodução de excertos do texto e de seus elementos multimodais, buscando manter a sua linearidade.

Conforme indicamos na seção sobre a metodologia, os slides de Elizabeth Kipman também estão disponíveis, de modo que são também um material interessante para analisarmos elementos iconográficos que possam contribuir com processos de referenciação. Enquanto se apresentava ao público, a capa de sua apresentação era exibida, a qual inclui uma imagem que constrói o objeto de discurso gravidez de uma perspectiva positiva, com uma imagem editada na qual a figura da gestante, em preto e branco, segurando flores coloridas, ao mesmo tempo em que toca o ventre. O efeito da imagem, que deixa o ventre da mulher transparente, enfatiza o bebê no interior da gestante, o qual também é apresentado em formato colorido. Esses elementos indicam a forte relação entre a capa dessa apresentação e a visada de fazer sentir, buscando provocar, no interlocutor, sentimentos positivos em relação à gestação:

Figura 3: Primeiro slide da apresentação de Elizabeth Kipman



Fonte: e-Cidadania (2015).

Após reforçar a sua condição de especialista na introdução da comunicação, conforme exposto no excerto 1, a enunciadora introduz o objeto de discurso que é central à discussão da SUG 15:

- 2) *Então, gostaria de começar falando o seguinte: a quem interessa **a realização do aborto, a liberação do aborto, a liberação do aborto até 12 semanas**, que é a questão que estamos falando agora?*

Nesse segundo excerto, verificamos que as expressões em negrito são correferenciais – sendo que a terceira, *a liberação do aborto até 12 semanas*, traz mais uma informação que especifica o objeto de discurso. Em relação a esses usos, é importante considerarmos o antagonismo estabelecido entre o objeto de discurso construído pela enunciadora no excerto 2 e aquele que consta na ementa da SUG 15: para seus defensores, trata-se de uma ideia legislativa em prol da

interrupção voluntária de gravidez; já para opositores como Elizabeth Kipman, o objeto de discurso é construído como *aborto*, que permite inferenciar uma relação direta com a perspectiva desse ato como crime, atualmente tipificado nos artigos 124 a 127 do Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940)⁴.

Em seguida, a enunciadora acrescenta um objeto de discurso *abdome*, relacionado ao primeiro – *aborto* – por meio de anáfora associativa:

- 3) *Existem alguns especialistas que colocam se o **abdome** fosse transparente, será que alguém aceitaria fazer o aborto? Nós temos quase o **abdome** transparente através do ultrassom [...]*

A construção verbal desse objeto de discurso, como “quase transparente através do ultrassom”, vai ao encontro da capa de sua apresentação de slides (Figura 3), que exhibe um abdome transparente. Assim como na imagem, que só mostra ventre e mãos, a construção verbal de *abdome* reforça o foco em uma parte de um corpo que carrega um bebê, omitindo quaisquer referências a esse corpo como algo que pertence a uma mulher, que a constitui. Assim, essa construção do objeto de discurso por meio de léxico e imagem resulta em um realce de uma perspectiva em favor da vida do feto, em detrimento da perspectiva da mulher gestante. Esse contraste também reflete a oposição entre discursos a favor e contra a SUG 15, visto que essa bandeira da descriminalização do aborto, vinculada principalmente a grupos feministas, busca enfatizar os direitos da mulher sobre seu próprio corpo.

Elizabeth Kipman então introduz um novo objeto de discurso, uma *gestação de trigêmeos*, exemplo que também é explorado de maneira multimodal:

- 4) *Eu gostaria de colocar um vídeo muito rápido mostrando o seguinte: essa é **uma gestação de trigêmeos**, resultado de uma fecundação artificial, de dez semanas. **Dez semanas são dois meses de gestação.***

É interessante observar a recategorização de *dez semanas* para *dois meses*, considerando que a comunidade médica costuma calcular o tempo de gestação em semanas. Esse fato nos leva a considerar que essa recategorização é feita em direção ao grupo menos especializado de interlocutores, dado que, popularmente, tende-se a medir o tempo de gravidez por número de meses. Assim, a tradução da quantidade de dez semanas em dois meses permite ao público geral

⁴ Esse embate entre os objetos de discurso *crime de aborto* e *interrupção de gestação* também puderam ser verificados no contexto da ADPF 54, cujos defensores preconizaram a *antecipação terapêutica de parto de anencéfalos*, enquanto seus antagonistas argumentaram em prol da categorização do ato como crime. O contexto foi investigado por XXX (2016).

situar a gestação referenciada em relação ao ciclo de nove meses e, principalmente, no que se refere ao período dentro do qual a SUG defende a interrupção da gestação.

A seguir, reproduzimos o momento em que Elizabeth Kipman exhibe o vídeo da gestação de trigêmeos – indicados por círculos na figura:

Figura 4: Introdução imagética ao objeto de discurso *gestação de trigêmeos*



Fonte: e-Cidadania (2015).

Conforme o vídeo é exibido, a enunciativa comenta as imagens e introduz objetos de discurso por meio de anáfora associativa – a partir de *gestação de trigêmeos*, os fetos, o local onde se encontram e o instrumento utilizado no procedimento são categorizados:

- 5) *E nós vamos ver os três se mexendo, cada um na sua bolsinha. Então vocês veem os fetinhos⁵ se mexendo, pulando; veem aqui uma agulha entrando porque se a gestação foi difícil, de trigêmeos, é mais difícil e vai ser feito aquilo que chamam de seleção embrionária. A agulha vai, procura, um deles é escolhido para ser eliminado, vai na direção do coração e pronto. Ali está, a agulha chegou, veio, pegou o embriãozinho, feto – porque dez semanas já é feto –, e se retira porque ele está morto.*

Nesse excerto, verificamos a construção de uma cadeia correferencial relativa aos fetos exibidos no vídeo – *os três, os fetinhos, um deles, embriãozinho, feto, feto, ele* –, incluindo-se uma recategorização de *embriãozinho* como *feto*, ancorada no fato de que os fetos exibidos possuem dez semanas, período inferior às doze semanas dentro das quais a interrupção de gestação, segundo a SUG, seria liberada. Além disso, o local onde cada feto se encontra é referido como *bolsinha*. Considerando que a recategorização efetuada pela enunciativa é crucial para estabelecer as justificativas de seu posicionamento, também é interessante observar o efeito da introdução do objeto de discurso *agulha* (indicada pela flecha na Figura 4), instrumento cuja construção discursiva resulta em um efeito de personificação: enquanto a enunciativa narra o trajeto do instrumento, o público acompanha esse movimento por meio do

⁵ Observamos que a transcrição da audiência pública continha o termo “fetos” em vez de “fetinhos”. Ao verificarmos a fala em vídeo, constatamos a discrepância e atualizamos a transcrição.

vídeo, em uma dramatização do evento que termina com a eliminação de um dos fetos: a agulha é construída como o agente responsável pela morte do *fetinho*. Para reforçar essa construção dramática, o termo *seleção embrionária* é utilizado para encapsular o evento.

Quanto ao uso de diminutivos, cabe uma reflexão acerca dos possíveis efeitos de sentido e de suas relações com o contexto da SUG. Para isso, é importante considerar que, no português brasileiro, além de o sufixo *inho*, prototipicamente, expressar tamanho reduzido, também pode remeter a valores de afetividade (ALVES, 2006; BARBOSA, 2009). Outro contexto de uso de diminutivos que se relaciona diretamente ao discurso de oposição à SUG, bem como à valorização da gravidez como acontecimento positivo e ligado a momentos de felicidade, é o contexto do uso do “manhês”, ou seja, a linguagem usada pelas mães com seus bebês (FLORES; BELTRAMI; SOUZA, 2011). Como este trabalho não consiste em um estudo de recepção, não temos a pretensão de estabelecer qual seria o principal efeito de sentido causado pela construção desse referente por meio de diminutivos, visto que todos esses significados podem ser relevantes à coconstrução que o interlocutor é convidado a fazer. De modo geral, o que todas essas possibilidades evidenciam é a forte contribuição desse uso de diminutivos na construção do objeto de discurso segundo o fim discursivo da enunciadora, preconizando os direitos do feto e opondo-se à interrupção da gestação.

Após introduzir e explorar esse objeto de discurso relativo à gestação de trigêmeos, outros elementos multimodais, mais especificamente modelos anatômicos de feto, são utilizados para recategorizar os fetos exibidos no vídeo em relação ao seu tempo de gestação (Figura 5). No excerto 6, verificamos novamente a recategorização de semanas em meses – *Vinte e duas semanas são cinco meses* –, de modo a indicar a distância cronológica entre os modelos anatômicos de fetos, enfatizando-se sua semelhança externa por meio dessa demonstração:

- 6) *Gostaria só de mostrar que aquele ali, de dez semanas, é igualzinho a este aqui. O de doze semanas é este. E o de vinte e duas semanas é este. Vinte e duas semanas são cinco meses. Gostaria que vissem que não existe diferença entre os três.*

Figura 5: Recategorização dos objetos de discurso por meio de elementos multimodais



Fonte: e-Cidadania (2015).

Elizabeth Kipman então retoma o objeto de discurso *aborto*, conforme o excerto 7 a seguir:

- 7) *Então, a discussão: "a quem interessa o aborto de dez semanas?" Com certeza para a criança em gestação não interessa. É uma criança em gestação, que não vai ter a oportunidade de dizer "sim" à vida, não vai ter a oportunidade de resolver o que fazer com essa vida. Para a criança, não interessa. Eu gostaria, também, então, para entrar nesse assunto, dizer que, embora seja muito difícil, temos que enxergar esse problema de uma forma muito mais ampla.*

A construção do objeto de discurso por meio da expressão *criança em gestação* corrobora as reflexões de autores que apontam esse uso como sendo típico de grupos antiaborto, em contraposição aos grupos que o defendem e que preferem o uso de termos como *feto* ou *embrião*. Para Lakoff (1996), uso de expressões como *neném* ou *criança* move a discussão para o domínio moral, construindo esse referente como um ser humano de direitos e afastando-o de um estágio de vida embrionário, o qual o aproximaria de seres de outras espécies que se encontram nessa fase de desenvolvimento.

O encapsulamento da questão da SUG como *problema* anuncia a recategorização proposta pela médica em seguida: conforme podemos verificar no excerto 8, a comunicação passa a se ancorar a partir da introdução do objeto de discurso *escolha de civilização*, por meio do qual se recategoriza a proposta da SUG 15 como instrumento de difusão de uma *mentalidade antivida*:

- 8) *[...] o aborto coloca em questão uma escolha de civilização. Eu acho que é isso que temos que conversar hoje. Qual civilização queremos? É uma escolha de civilização, a difusão daquela mentalidade antivida [...].*

Sempre considerando uma perspectiva dialógica de referenciação, é interessante observar como a enunciadora remete a objetos de discurso associados por ela a posicionamentos contrários – sinalizados no excerto a partir da expressão *pessoas que são a favor do aborto* – para então refutá-lo. Nesse caso, trata-se dos objetos de discurso *único jeito e mal menor*:

- 9) *Bom, todos, quando estamos em um debate ou conversando com diversas **peças que são a favor da liberação do aborto**, elas falam assim: "olha, ninguém é a favor do aborto, mas, às vezes, é o **único jeito**; às vezes é um **mal menor**". Quando se fala assim, de que **mal menor** estamos falando? Em relação à **criança**, nunca é um mal menor. Em relação à **mulher**, se esquecem de **dados fundamentais**.*

Esse objeto de discurso é repellido, primeiramente, em relação à *criança* – objeto de discurso cuja construção discutimos a partir do excerto 7. Em seguida, a enunciativa introduz o objeto de discurso *mulher*, a partir do qual passa a tecer seus argumentos contra a SUG 15. A rotulação *dados fundamentais* é especificada nos excertos seguintes, por meio da sequência hiperônimo/hipônimo. Primeiramente, especifica-se o objeto de discurso *riscos* (à mulher), que são divididos em *imediatos, a curto prazo, a longo e a médio prazo*:

- 10) *Em primeiro lugar, mesmo sendo feito no melhor hospital e pelo melhor médico, existem **riscos imediatos**, existem **riscos a curto prazo**. Os **imediatos** são mais conhecidos, **perfuração do útero, infecção**, mas, **a longo prazo e a médio prazo**, em uma futura gestação, existem **sete vezes mais chance de haver placenta prévia**, que é um **risco de morte**; **mais parto prematuro**, que é um **risco de morte para o neném**; **trabalho de parto prolongado futuro**; **mais possibilidade de rotura uterina**, que é um **risco de morte**; **mais processo infeccioso**; **maior número de partos cesarianas** [...] Agora, é menos conhecido, mas, **a médio e longo prazo**, as mulheres que fazem aborto provocado têm **maior número de mortes por causa natural**, **maior número de doenças circulatórias**, **maior número de doenças cerebrovasculares** e **maior número de casos de câncer de mama**.*

Nessas sequências de especificação dos objetos de discurso por meio de hiperônimos, também observamos a ocorrência de recategorizações que reforçam a gravidade desses riscos: *chance de haver placenta prévia* é recategorizado como *risco de morte*, e *parto prematuro* é recategorizado como *risco de morte para o neném*. Novamente, temos o uso de um termo moralmente marcado – *neném* –, que expressa um posicionamento em defesa dos direitos do feto.

Para finalizar essa etapa analítica, no excerto 11, é interessante observarmos o emprego da anáfora associativa *gastos*, após a introdução do objeto de discurso *questão de saúde pública*, considerando os posicionamentos contra e a favor da SUG 15:

- 11) *Então, chamo a atenção para o que tem sido apresentado como **questão de saúde pública**. Onde está o problema da **saúde pública** apresentado? Estão em dois aspectos: **gastos atuais** com a verba pública, já que se diz que se gasta muito com as internações por causa do aborto e com a mortalidade materna. Não vou falar sobre os **gastos atuais**, porque só 25% dos internados vêm por causa de aborto provocado. Se liberarmos o aborto, terão muito mais e o **gasto** será maior.*

Visto que os discursos em defesa da interrupção de gestação associam saúde pública principalmente ao problema da mortalidade feminina durante procedimentos clandestinos de aborto, esse aspecto é mencionado pela enunciativa como algo proveniente de posicionamentos não compatíveis com seu ponto de vista, conforme indica a indeterminação *já que se diz que*.

A partir disso, por meio de estratégias referenciais, a médica propõe uma nova perspectiva a respeito da questão, construindo esse objeto de discurso em função dos gastos com verba pública para procedimentos relativos ao aborto, sugerindo uma desvinculação, portanto, de questões relativas à saúde e à vida da mulher.

Como etapa de fechamento da análise, propomos uma reflexão sobre a esquematização subjacente ao texto, ou seja, sobre a proposta de construção parcial e seletiva da realidade em função de um interlocutor, visando a que este coconstrua essa representação. As estratégias referenciais verificadas nesse texto oral nos permitem identificar uma representação da enunciativa acerca do tema do aborto, de modo que a sua comunicação convida o interlocutor a considerar as implicações negativas desse ato, principalmente com relação ao feto. Desse modo, é possível constatar uma representação do feto como principal vítima do objeto da SUG 15, e a mulher como padecedora secundária, em virtude dos riscos à saúde causados pela interrupção da gestação. Visto que os direitos do feto são privilegiados na comunicação, como vimos por meio dos processos referenciais, a mulher chega a ser representada como ventre que carrega o feto – ou, segundo o posicionamento da enunciativa, o *neném*.

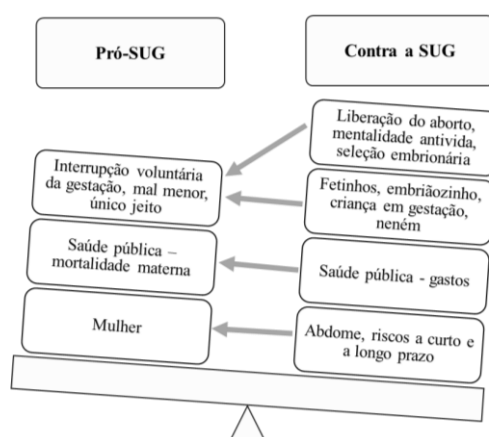
Em prol dessa esquematização, verificamos estratégias de captação que incitam à coconstrução de uma representação positiva da gravidez, recorrendo-se inclusive a recursos multimodais, a começar pela capa que inicia a apresentação de slides. O feto é construído como o elemento frágil e indefeso da discussão, conforme as expressões nominais e os recursos tridimensionais utilizados representam-no – mais especificamente, os modelos anatômicos exibidos durante a fala da médica e o vídeo que exhibe a eliminação de um feto. Ao encontro disso, os resultados do aborto também são configurados como um conjunto significativo de gastos ao poder público.

Em relação ao interlocutor que é convidado a coconstruir esse mundo estabelecido textual-discursivamente, é importante observar que os processos de referenciação verificados indicam certo direcionamento a um público menos especializado, em virtude das diversas estratégias empregadas pela enunciativa. Embora sua autoridade de especialista seja também manifestada a partir dos elementos multimodais empregados e dos dados que compõem sua apresentação, a comunicação não inclui termos científicos que dificultariam o entendimento do grande público – pelo contrário, os objetos de discurso são construídos iconograficamente e por meio de estratégias dramatizantes, convidando o público geral à coconstrução desse mundo parcialmente configurado. Nesse ínterim, ressaltamos a preocupação constante da médica com a câmera, principalmente no momento de exibição dos recursos multimodais, de forma que todos

esses itens fossem devidamente transmitidos aos cidadãos telespectadores. Todas essas estratégias são possibilitadas pela configuração do respectivo contrato de comunicação, já que a enunciativa, considerada como especialista no assunto, tem liberdade para se utilizar de diversos recursos necessários à defesa de seu ponto de vista – qual, por sua vez, leva a processos de referenciação relativamente estáveis, conforme defendemos neste trabalho.

O esquema a seguir visa a sistematizar alguns aspectos da análise realizada, correlacionando as estratégias de referenciação encontradas em uma perspectiva dialógica:

Figura 6: Esquemática das estratégias referenciais relativamente estáveis encontradas



Fonte: elaborado pela autora.

A partir dessa esquematização simplificada, tencionamos indicar que há certa estabilidade referencial que orienta o conjunto de objetos de discurso construídos pela médica, representados na parte direita, em oposição a vozes trazidas em seu discurso que se alinham aos posicionamentos pró-SUG 15, indicadas na parte esquerda da balança – que, segundo o fim discursivo da autora, pende para uma rejeição total à proposta dessa sugestão legislativa. Além disso, os dados sugerem que, de um ponto de vista sócio-histórico, esses antagonismos estabelecidos no texto estão diretamente ligados aos posicionamentos pró e antiaborto, o que vai ao encontro de uma perspectiva relativamente estável e dialógica de referenciação.

Considerações finais

Este estudo teve por objetivo analisar as estratégias de referenciação empregadas em uma comunicação que ocorreu no contexto da SUG 15/2014. Visando a considerar as determinações discursivas que influenciam no modo como esses processos referenciais são empregados, defendemos a investigação desse fenômeno em consonância com os aspectos que organizam o respectivo contrato de comunicação, principalmente o fim discursivo que podemos depreender do texto oral analisado.

A partir dessa concepção, verificamos que os processos de referenciação encontrados estão a serviço do projeto de dizer da enunciadora, que, mediante possibilidades oferecidas pelas configurações do contrato de comunicação, utiliza-se de recursos multimodais que enriquecem a construção de objetos de discurso, em prol de uma esquematização que convida o público geral a coconstruir uma visão da SUG 15 como proposta que fere os direitos do feto e promove riscos à mulher. Assim, as estratégias encontradas revelam a preponderância dos efeitos de dramatização, os quais são produzidos, principalmente, a partir da construção do feto como principal vítima da Sugestão Legislativa.

Ressaltamos que os aspectos multimodais foram considerados de forma mais restrita e sempre em consonância com as estratégias verbalizadas pela participante. Esses dados indicam a pertinência de se realizar, em estudos futuros, investigações que abranjam categorias plásticas ou visuais que possam enriquecer a análise, conforme fazem os trabalhos de Zandonai e Giering (2016a; 2016b). Também cabe ressaltar a riqueza do próprio contexto da SUG 15, cuja temática, em virtude de sua complexidade e importância para o cenário brasileiro atual, convida a outras análises textuais, discursivas e interdisciplinares que, em uma perspectiva de Linguística Aplicada, possam contribuir com essa discussão.

Referências

- ADAM, J.-M. *Linguistique textuelle*. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan Université, 1999.
- ADAM, J.-M. *A linguística textual*. Introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADAM, J.-M.; HEIDMANN, U. *O texto literário*. Por uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Elisabeth. O diminutivo no português do Brasil: funcionalidade e tipologia. *Estudos Linguísticos*, [S.l.], v. XXXV, p. 694-701, 2006.
- ALVES FILHO, F. Por uma concepção dialógica de referenciação. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 10, n. 1, p. 207-226, jan./abr. 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARBOSA, M. V. Linguagem e Emoções. *Revista do GEL*, São Paulo, v.6, n. 2, p. 104-124, 2009.

BRASIL. *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm>. Acesso em: 04 dez. 2015.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. *La médiatisation de la science*. Bruxelas: De Boeck, 2008.

E-CIDADANIA. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. *Debate sobre a SUG nº 15, que regula a interrupção voluntária da gravidez pelo SUS*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=6853>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FLORES, M. R.; BELTRAMI, L.; SOUZA, A. P. R. O manhês e suas implicações para aquisição da linguagem. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 143-52, 2011.

GIERING, M. E. Referenciação e hiperestrutura em textos de divulgação científica para crianças. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 12, n. 3, p. 683-710, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. et al. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.) *Linguística de texto e análise da conversação: panorama de pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 171-224.

GRIZE, J.-B. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.

KOCH, I. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 75, p. 75-89, jul.-dez. 2001. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1775>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

KOCH, I. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap022.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKOFF, G. *Moral politics: how liberals and conservatives think*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTI, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NUNBERG, G. The Pragmatics of Deferred Interpretation. In: HORN, L.; WARD, G. *Blackwell Encyclopedia of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2002.

OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SALOMÃO, M. Razão, Realismo e Verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo de referência. *Caderno de Estudos Linguísticos*, vol. 44, p. 71-84, 2003.

ZANDONAI, M. F.; GIERING, M. E. A referenciação em vídeos do YouTube de divulgação científica: uma atividade sincrética. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 14, n. 3, p. 466-479, set.-dez. 2016a.

ZANDONAI, M. F.; GIERING, M. E. Referenciação e sincretismo: o caso dos vídeos que divulgam ciência no Youtube. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 41, n. 71, p. 75-87, set. 2016b.